

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - CFH
CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA
MATA ATLÂNTICA

As Várias Faces da Violência na Terra Indígena Xapecó
Século XX (1902 – 1989)

GETULIO NARSIZO

FLORIANÓPOLIS
2015

GETULIO NARSIZO

**As Várias Faces da Violência na Terra Indígena Xapécó
Século XX (1902 – 1989)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito obrigatório para aprovação no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul Mata Atlântica na Terminalidade Humanidades com ênfase em Direito Indígena.

**Orientador (a): Professora Dr^a Ana Lúcia
Vulfe Nötzold.**

FLORIANÓPOLIS

2015

Posso ser como você: usar telefone celular, roupas de marca, computador, falar o português fluentemente, dirigir carro, andar de avião, tomar coca cola, ouvir e até cantar músicas internacionais, mas nunca deixarei de ser o que sou, Índio Kaingang.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL
INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 09 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às 14:00 horas , na Sala 310 do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo professor , Orientador ANA LÚCIA VULFE NÖTZOLD e Presidente, Professor RICARDO CID FERNANDES, Titular da Banca, e Professor ALDO LITAUFF Suplente, designados pela Portaria nº 36/HST/2015 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico GETÚLIO NARCIZO, subordinado ao título “As várias faces da violência na Terra Indígena Xapecó: Século XX (1902 – 1989)”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi argüido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora ANA LÚCIA VULFE NÖTZOLD, a nota final 9,5..., do Professor RICARDO CID FERNANDES, a nota final 9,5..., e do Professor ALDO LITAUFF, a nota final 4,0.; sendo aprovado com a nota final 9,2.... O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia 01 de março de 2015. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis,09 de fevereiro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. *Anôbel*.....

Prof. *Getúlio Narciso*.....

Prof. *Aldo Litauff*.....

Candidato *Getúlio Narciso*.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÉNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata
Atlântica
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Getulio Nassjo, matrícula
n.º 111 00055, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
As várias faces da violência, com as devidas correções sugeridas pela
banca de defesa.

Florianópolis, 02 de março de 2015

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus por ter me dado saúde, força, coragem, ânimo e sabedoria para que eu conseguisse estar aqui, tendo passado por tantas dificuldades e problemas nesses quatro anos.

À minha família, especialmente meu pai Julio Narsizo, que acompanhou essa minha caminhada longe de casa mas sempre me incentivou a continuar.

À minha esposa Roseni e minhas filhas Hemelyn e Kiomara e ao meu filho Iago que me deram força e sempre foram minha inspiração a continuar e vencer mais essa batalha da vida.

À minha mestra, colega, amiga e professora orientadora Dr^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold, que nas horas que eu estava por desistir soube dar-me atenção e motivo para prosseguir.

Aos meus professores do curso que dispuseram seus preciosos tempos e com carinho repassaram seus conhecimentos e mostraram o caminho a mim e aos meus colegas Kaingang, até aqui.

Aos meus amigos acadêmicos das Etnias Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklânõ que em muitos momentos de nossa caminhada sofreram e lutaram juntos essa batalha em busca do conhecimento.

Não poderia deixar de citar e agradecer meus colegas de quarto Charles e Claudemir, que ficaram comigo esses quatro anos, onde brinquemos, briguemos, choremos e conseguimos chegar até aqui, sabendo respeitar um o espaço dos outros e servir de ombro amigo nos momentos de angustia e tristeza, obrigado meus amigos.

Aos meus caros entrevistados, velhas lideranças que me serviram e servem de espelho de superação e persistência na luta pela dignidade de nosso povo indígena.

Muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso – TCC, traz em seu desenvolvimento uma visão das faces da violência que o povo Kaingang sofreu na Terra Indígena Xapecó no período do Serviço de Proteção ao Índio – SPI e depois com a Fundação Nacional do Índio – Funai no recorte histórico que compreende o ano de 1902 á 1989. Nesse trabalho está sendo apresentado uma pequena parte da memória das velhas e respeitadas lideranças indígenas e de remanescente desse período. Procurei ouvir e transcrever partes dessas memórias com o objetivo de registrar a história de meu povo com a visão do índio falando do índio. Percebi nos vários momentos da pesquisa que muitas coisas e eventos violentos que os velhos passaram eles não autorizam o registro, isso porque segundo eles são coisas que só devem ser ouvidas e contadas aos e pelos índios Kaingang. Nesse TCC é possível perceber as mudanças violentas que ocorreram na organização social do povo Kaingang que vive na Terra Indígena, também a destruição do meio ambiente, exploração do trabalho indígena e desrespeito com o modo de ser Kaingang e por fim até a Constituição Federal de 1988.

Palavras-chaves: Organização Social, Violência, Memórias

NÉN Ú TO VĒNHRÁ

Vēnh rānhrāj tÿ TCC tag tÿ Xapécó tá kaingág ag vāsÿrenhré já to ke nÿ, SPI tÿ Kanhgág ag ga ki kārã mû ëñ kã gé, prÿg tÿ 1902 kar 1989 ën kãmÿ. Kÿ vēnh rānhrāj tag tÿ ãg pã'i si ag rānhrāj ãn to vāmen gej ke nÿ gá, ag tÿ Kanhgág to vāme ãn. Kÿ sÿ ser vāme tag to vēnhrán ge mû ser, Kanhgág ag vāsake venh so vēmen ãn. Hāra sÿ tag tÿ rānhrāj kãmÿ, û ag pi nén û ki kajró tÿ vî já nÿtî gé, myr ag pia g tÿ kãmén kart o vēnhrán ãn han tî je, ag tÿ Kanhgág ag vāsÿrenhréh kar nén û jagy há ãn tÿ Kanhgág ag ki hān rike jé ën ti. Mÿr tag tÿ vé Kanhgág ag hā vÿ kãmém kej ke mû, ag tÿ nén û jagyhá ki kâpa já tag ti. Kÿ TCC tag vÿ Kaingang ag tÿ jag kÿ nén û p   m   mû já tag k  jat  n   j   ti ag ga tá, ag nÿtî ja t   tá. Kar Kanhgág a ga kãmÿ n  n kar nén û tÿ ag p  n  n nÿtî ãn kokénkén já ti, Kanhgág ag tÿ v  nhr  nhr  j já ën ki ag v  n já j   ën ti. Kar ag tÿ Kanhgág ag ta v  n n  gn  n já en ti. Ke gé kar ser Constitui  o Federal tÿ prÿg tÿ 1988 k   ki ën ti ke gé. Kÿ h   vá ser, inh sÿ inh TCC ki Xapécó tÿ Kaingang ag v  sÿrenhréh já, ën ti SPI kar Funai ag tugr  n.

V  nhr   p   – Ag t   p  , Ta v  n  n, Jykre

LISTA DE COLABORADORES

- Ana Andresa Luiz 99 anos, residente na Aldeia Sede.
- Edimundo Gonçalves 85 anos, residente na Aldeia Sede.
- José Domingos Paliano 85 anos, residente na Aldeia Sede.
- Julio Narsizo 59 anos, residente na Aldeia Sede.
- Cesario Pacifico 61 anos, residente na Aldeia Sede.
- Doralina Ferreira 56 anos, residente na Aldeia Olaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa Terra Indígena Xapécó com localização das Aldeias.....	19
Figura 2 Mapa Etno – Histórico do Território Kaingang	21
Figura 3 Terra Indígena Xapécó segundo o Decreto n.7 de 18/06/1902.	23
Figura 4 Organograma Organização Social antes do SPI	32
Figura 5 Organograma Organização Social após o SPI.....	33
Figura 6 Organograma Organização Social após o SPI e Funai.....	34
Figura 7 Kaingang da TI Xapécó no trabalho agrícola nas lavouras do Posto, transporte do trigo em palha.....	36
Figura 8 Kaingang da TI Xapécó no trabalho agrícola nas lavouras do Posto, transporte do trigo em palha.	37

SUMÁRIO

EPÍGRAFE	03
AGRADECIMENTOS	06
RESUMO	07
NÉN Ú TO VĒNHRÁ	08
LISTA DE COLABORADORES	09
LISTA DE FIGURA	10
APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	15
1 A TERRA INDÍGENA XAPECÓ	19
1.1 A Terra Indígena Xapecó.....	19
1.2 A Redução do Território	24
2 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO E A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO	26
2.1 O SPI e a Funai na Terra Indígena Xapecó	26
2.2 A Educação Escolar Indígena	29
2.3 A Organização Social Indígena	32
2.4 A Agricultura Indígena	34
2.5 A Exploração dos Recursos Naturais	38
3 O MOVIMENTO INDÍGENA	41
3.1 O Movimento Indígena na Terra Indígena Xapecó	41
3.2 O Estatuto do Índio e o Movimento Indígena	43
3.3 A Religião e o Ritual do Kiki	45
4 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	48
4.1 A Constituição Federativa do Brasil	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

APRESENTAÇÃO

Sou índio da etnia Kaingang e sinto orgulho de fazer parte desse grande povo que está distribuído em seu território tradicional, divido entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, somando mais de trinta Terras Indígenas. Resido na Terra Indígena Xapecó, que faz parte dos Municípios de Entre Rios e Ipuacu, no Oeste do Estado de Santa Catarina. Possui atualmente uma população de aproximadamente 6000 indígenas, sendo a maioria da etnia Kaingang, mas também contamos com a presença dos Guarani, mas em menor número.

Viver na Terra Indígena Xapecó é um orgulho, pois vivi e cresci nesse lugar desde a minha infância. Sou membro de um dos maiores núcleos familiares da Aldeia, assim como em nível da Terra Indígena em tela; de forma que sou da quarta geração de liderança indígena.

Meus antepassados passaram por muitas lutas para manter e garantir nosso território, muitos deles viveram o período da ditadura militar onde eram obrigados a respeitar e obedecer as pessoas ligadas diretamente ao exército brasileiro. Segundo as histórias que ouço hoje e que ouvi desde a minha mocidade, “meus velhos” eram obrigados a se adequar aos costumes e imposições dos não índios, sem o direito de serem ouvidos ou opinarem suas ideias da forma que pensavam e entendiam. E, quando isso acontecia, eram castigados e obrigados a pagar tributos através de trabalhos forçados e aprisionados ao mesmo tempo, sem poder ver filhos e familiares. São fatores como esses vivenciados pelos meus antepassados, e vendo que eles venceram mesmo não tendo uma oportunidade formativa que temos hoje, encontro força e coragem para seguir em frente, e assim continuamos buscando nossos direitos e principalmente fazer valer os direitos das populações indígenas, sejam estes Kaingang ou não.

Fui criado e submisso aos costumes do homem branco desde o primeiro dia que entrei na escola, não tendo, portanto, a chance de aprender a valorizar nossos costumes e tradições, uma vez que, tudo que era ensinado na escola tinha como objetivo a integração do índio à sociedade nacional ou ao povo dito “civilizado”; e isso fez com que a maior parte da minha vida fosse investida em lutas que não eram a minha, e nem do meu povo. Assim como muitos jovens Kaingang, fui forçado pelo homem branco e em muitas vezes por medo de represálias e rejeições tive que calar-me, mesmo vendo

minhas raízes “secarem” e serem ignoradas por uma sociedade capitalista e interesseira que negava a existência do meu ser indígena.

Embora isso, ou seja, ao mesmo tempo em que tenha tido formação escolar em ambientes não indígenas e com não índios, o aprendizado, respeito e valor ao meu povo, claro, de certa forma, precisei sempre de um exercício contínuo para minha manutenção e vivência cultural, mas isso ainda me causa dor e ansiedade, pois quando olho para traz me animo a buscar cada vez mais o melhor para meu povo.

Há mais de uma década sou professor indígena em minha terra, e mesmo que tenha vivido por diversas situações relatadas anteriormente, iniciei meu trabalho como educador indígena defendendo uma ideologia que nunca foi a do meu povo, pois na escola onde comecei meu trabalho era encabeçada e coordenada por pessoas não indígenas e por força da lei e da ética profissional tinha que me adaptar ao ritmo da escola, e graças a muita luta e perseverança vi nascer na minha Terra Indígena a luz de uma vida melhor e um novo caminho para mudar a ideologia impregnada na mente de meus irmãos índios dentro da escola, assim vi o índio ocupar aos poucos seu lugar dentro da escola e falar já não mais como subalterno e sim como autor de seu próprio destino sendo ele o educador e mentor das novas gerações.

Desde minha mocidade sou um militante das causas indígenas e busco a cada dia da minha vida atualizar-me sobre os mais diversos temas das causas indígenas, tenho como meta garantir a história do meu povo, para que no futuro meus filhos e netos possam no mínimo ter conhecimento daquilo que realmente é deles, dando continuidade nessa busca incessante de um mundo melhor, onde o índio na sua forma simples de viver e sobreviver garanta seu lugar no mundo.

No movimento indígena ajudei a construir muitas coisas para o meu povo, participei de vários fóruns de debates de questões indígenas, fui membro do Núcleo de Educação Indígena – NEI do Estado de Santa Catarina por muitos anos e em vários momentos levei e fiz valer os anseios de minha comunidade indígena por uma educação escolar indígena de qualidade e que busque a autonomia do povo indígena, participei da elaboração e discussão do atual Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica como liderança indígena onde pude opinar e ajudar a construir esse mecanismo que hoje tem dado suporte para muitos de meus irmãos índios em suas terras e em suas vidas, participei e fui membro da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena – CONEEI, em muitos momentos fui convidado a participar de reuniões e eventos no Município de Ipuaçu – SC relacionados a educação escolar

indígena, enfim já caminhei muito e participei de vários movimentos da luta indígena em prol dos direitos dos povos indígenas nas mais diversas áreas, desde a reivindicação da ampliação do nosso território, quanto da qualidade da saúde, habitação e agricultura.

Quando iniciei minha caminhada nesse Curso de Licenciatura Intercultural Indígena já via esse momento, onde teria a oportunidade de plantar mais uma semente de esperança e conhecimento na minha comunidade, via que teria possibilidades de trazer à tona minhas expectativas e vontades de mostrar ao mundo acadêmico o valor e competência do ser indígena, e registrar mesmo que limitadamente algumas angústias e lutas dos meus antepassados, e que garantiram minha existência com costumes, tradições e usos próprios do grande povo Kaingang.

Desta forma, o tema do meu projeto de pesquisa surgiu a partir dessa retrospectiva e assim continuar fazendo a diferença, sei que muitos podem não entender e até mesmo poderão criticar, mas se criticarem farão com o mínimo de conhecimento de causa.

INTRODUÇÃO

Este projeto trata – se de um estudo sobre as mudanças que ocorreram na vida e organização social do povo Kaingang que vive na Terra Indígena Xapecó, identificando no contexto atual, em conversas e relatos históricos dos índios mais velhos da comunidade onde e quando aconteceram essas mudanças, buscando através disso fazer com que venha à tona para a população da Terra Indígena Xapecó e população interessada quais são os maiores resquícios de violência que esse povo sofreu no período de 1902 a 1989, tendo esse ponto como foco de pesquisa uma vez que em 1902 é datada a aquisição da Terra Indígena Xapecó pelo trabalho prestado pelos Kaingang na abertura da linha telegráfica que liga a cidade de Chapecó e Palmas PR, onde o governo do estado do Paraná reserva as terras que estão entre o delta do rio Xapecó e Xapecozinho aos índios que estão no mando do Cacique Vanhkre e 1989 é um ano após a formulação da atual Constituição Brasileira evento histórico para os povos indígenas, pois aconteceu o maior movimento indígena da história do Brasil, e teve a participação de representantes dos diversos povos indígenas.

Desta maneira o principal objetivo deste estudo é entender e registrar as mudanças sociais, culturais e políticas que ocorreram em decorrência dos diversos atos de violência nas mais diversas esferas da vida desse povo, tendo como recorte histórico o século XX.

Para chegar aos resultados esperados explorei a pesquisa em registros bibliográficos e entrevistas com os mais velhos que são remanescentes e contemporâneos desse período estudado. Não foi possível chegar a uma conclusão exata do tema, tendo em vista a amplitude da pesquisa e a falta de muitos registros, pois como é sabido assim como a maioria dos povos indígenas, os Kaingang são de origem ágrafa e desde sua origem, a passagem de conhecimento é de forma oral, desde o nascimento da criança até sua velhice, mas me propus a buscar minhas respostas e identificar as faces da violência em alguns setores da vida Kaingang.

Esta pesquisa que foi realizada era necessária, tendo em vista que não se tinha notícias de nenhum trabalho de cunho acadêmico feito pelos próprios índios, da Terra Indígena Xapecó voltado a esse assunto, onde os Kaingang são os protagonistas de sua própria história, uma vez que muitos pesquisadores e antropólogos já escreveram inúmeros artigos e teses sobre os mais diversos temas relacionados à etnia Kaingang que habita essa terra indígena.

São contadas e registradas várias versões do contato, da pacificação, do aldeamento, da organização social e política, da educação, dentre outros que foram explorados no desenvolvimento do projeto com a finalidade de Trabalho de Conclusão de Curso.

Esta pesquisa está dividida em quatro Capítulos assim divididos: Capítulo 1 **A Terra Indígena Xapecó**, foi tratado especificamente da Terra Indígena Xapecó, tendo um breve histórico relatando a compra e a redução territorial comparada com a memória dos velhos e documentos e registros bibliográficos; Capítulo 2 **O Serviço de Proteção ao Índio e a Fundação Nacional do Índio**, faz uma relação entre os órgãos oficiais indigenistas, tendo como ponto de partida a criação do Serviço de Proteção do Índio – SPI e a negação do direito consuetudinário do povo Kaingang, do trabalho indígena, da renda indígena, da educação escolar, da exploração do povo Kaingang, das mudanças da organização social com as denominações das lideranças indígenas, a transformação do povo Kaingang em agricultores, seguindo para o surgimento da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, com a nova forma de educação escolar indígena com visão integracionista, a exploração dos recursos naturais e implantação das serrarias e exploração de pedras preciosas; Capítulo 3 **O Movimento Indígena**, busca relatar o movimento indígena da década de 70, a criação do Estatuto do Índio e a tutela, a expulsão de arrendatários e posseiros não indígenas do interior da Terra Indígena Xapecó, a influência da igreja em detrimento do ritual Kaingang do KIKI, e por fim a herança da monocultura agrícola de milho e soja; Capítulo 4 **A Constituição Federal de 1988**, aqui tratamos da criação da nova Constituição Federal do Brasil e o surgimento dos Artigos 231 e 232 e de um capítulo sendo dos Índios, onde é o início de mais uma etapa da luta indígena pela conquista de sua autonomia.

Atualmente a Terra Indígena Xapecó, faz parte dos Municípios de Entre Rios e Ipuáçu, no Oeste do Estado de Santa Catarina. Possuindo uma população de aproximadamente 6000 indígenas, sendo maioria da etnia Kaingang, mas também conta com a presença dos Guarani, mas em menor número.

Desde a conquista da Terra Indígena Xapecó e principalmente com a entrada dos órgãos indigenistas no interior da mesma, não houve o devido respeito com os habitantes originários daquele local. O índio sempre foi o único indivíduo a não dar seu parecer a respeito de tudo que foi falado e cogitado nos gabinetes do poder público em tudo que diz respeito aos seus modos próprios de vida, foram ignorados e em muitos

casos obrigados a adequar as formas de vida de acordo com o pensamento do homem branco. Destacamos assim a fim de justificar o que acima foi descrito, com a publicação de Melatti, em *Índios do Brasil*, no texto a Política Indigenista no Período Colonial o seguinte:

De qualquer modo, tanto o antigo Serviço de Proteção ao Índio como a atual Fundação Nacional do Índio não incluíram, seja no seu quadro diretor, seja consultores, representantes dos indígenas, o que bem demonstra não somente que os índios não decidem sobre sua própria sorte, estando seu destino à mercê da sociedade nacional dominante, como também que não lhes foi dado até agora o devido preparo para assumir tais encargos em nível de igualdade com os civilizados.¹

Desde o início do movimento indígena e principalmente após a conquista e pacificação do povo Kaingang os artigos da Constituição Federal Brasileira nunca foram devidamente analisados e/ou cumpridos como deveriam. Além da política integracionista aplicada ao povo pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI, encontramos através dos relatos históricos dos velhos anciões da comunidade, muitos atos de desrespeito aos modos de vida e de se organizar, enquanto povo etnicamente diferenciado.

Pelo que conseguimos perceber através dos comentários e conversas informais dos velhos líderes, que os Índios, herdeiros e verdadeiros donos da terra, usurpada e usada pelos próprios órgãos indigenistas oficiais nunca tiveram o consentimento dos membros da comunidade indígena nesses atos arbitrários de desrespeito aos líderes constituídos e tradicionalmente pelo povo ao longo da história, notamos claramente que uma das maiores queixas que justifica esse ato de violência e desrespeito foi o assentamento de intrusos em suas terras pelo próprio SPI e depois pela FUNAI, com um projeto de exploração dos recursos naturais tais como as araucárias, madeiras de lei (imbuia, guajuvira, grácia, dentre outras), entrada de igrejas protestantes, além de criação e implantação de escolas com objetivos de forçar a integração e o “branqueamento” do povo Kaingang. Podemos justificar isso conforme observa Brighenti em sua tese de doutorado:

A Terra Indígena Xapécó, localizada no oeste de Santa Catarina, estava para o Estado brasileiro como uma importante fornecedora de dividendos econômicos cujas receitas eram incorporadas pela “renda indígena” do SPI e Funai. Essa renda vinha de três fontes básicas, pela ordem do montante de receita: venda de madeira; arrendamento das terras às famílias camponesas; produção de cereais e leguminosas, como trigo, soja e milho.²

¹ MELATTI, Julio Cesar. *Índios do Brasil*. 3.ed. São Paulo: HUCITEC. (Brasília): INL, 1980, p.191.

² BRIGHENTI, Clovis Antonio. *O Movimento Indígena no Oeste Catarinense e sua Relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012, p.30.

Como já citado, um dos maiores atos de violência vivida na Terra Indígena Xapecó foi o arrebatamento de suas terras e recursos naturais por posseiros, arrendatários que incentivados pela política capitalista iniciaram e deixaram de herança na comunidade a monocultura de soja e milho em detrimento dos fazeres culturais próprios do povo Kaingang no cultivo e prática da agricultura tradicional.

Com tudo isso notamos que ao longo da história, os Kaingang tiveram poucas e/ou quase nenhuma perspectivas de retomar seus territórios originários que em poucas décadas foi reduzido a menos da metade do que havia sido garantido no ano de 1902.

Notamos na Constituição Federativa do Brasil de 1988 os seguintes textos em seu artigo 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos seus bens”³. Infelizmente isso não tem ocorrido até os dias atuais.

Para este estudo usamos fontes orais e bibliográficas, conforme Nötzold & Bringmann explicam sobre o uso da história oral:

A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. (...) a história oral mantém um vínculo importante com a questão da memória, e vice-versa.⁴

Buscando identificar através dos diversos aspectos quais foram as principais violências impostas aos Kaingang da Terra Indígena Xapecó no século XX, obtive informações junto aos velhos da comunidades através de seus relatos históricos⁵ sobre para quais foram as maiores mudanças que ocorreram na organização social Kaingang desde a entrada do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) até final da década de 80, que é logo após a promulgação da Constituição Federal em vigor.

³ MAGALHÃES, Edvard Dias (org). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas**. 2. ed. – Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003, p. 29.

⁴ NÖTZOLD. Ana Lúcia Vulfe. BRINGMANN. Sandor Fernando. **Apostila da Disciplina da Metodologia da Pesquisa I**. Florianópolis, 2011. (in mimeo), p.3.

⁵ O relato histórico é um discurso e todo discurso é uma interpretação emitida por um indivíduo que tem como objetivo convencer o destinatário sobre a sua validade. O historiador, dada sua condição de autor, projeta muito da individualidade em cada relato histórico. A imparcialidade ou objetividade é sempre relativa. A idéia da verdadeira história é frágil, não só porque é uma reconstrução pós-facto, mas pela individualidade alternante da pessoa que o inventa e organiza: o historiador. (NÖTZOLD & BRINGMANN, 2011, p.9)

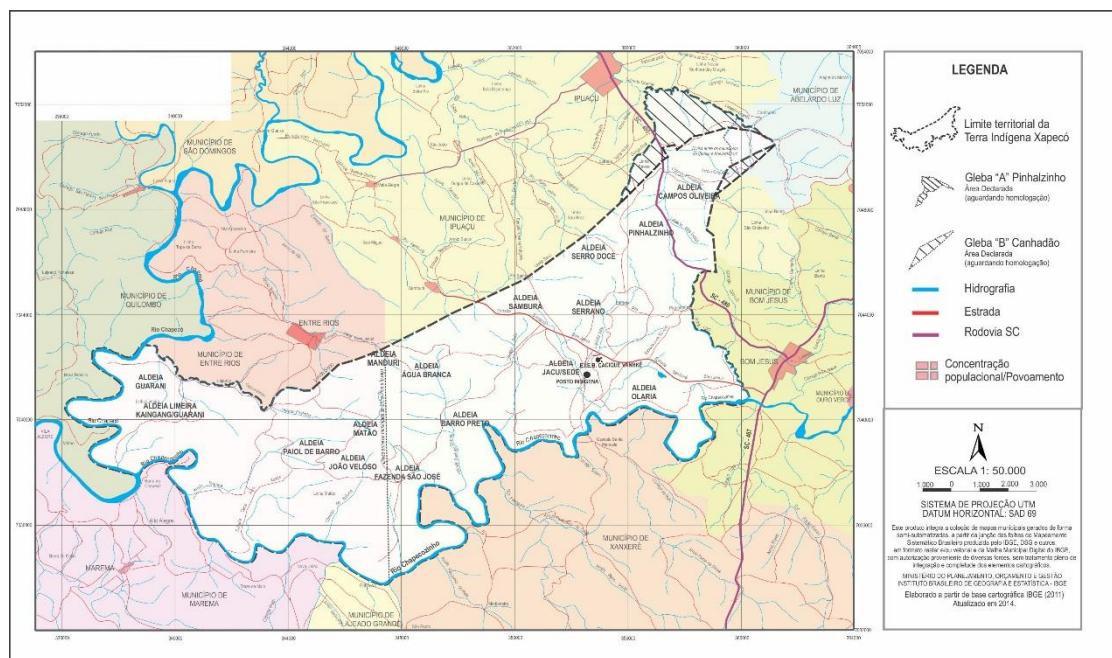
1 A TERRA INDÍGENA XAPECÓ

1.1 A Terra Indígena Xapécó

A Terra Indígena Xapécó está situada no Oeste do Estado de Santa Catarina, conta atualmente com uma população de aproximadamente 6000 indivíduos sendo na sua maioria da etnia Kaingang e uma pequena população da etnia Guarani M'bya, está subdividida em 16 aldeias, sendo: Sede, Pinhalzinho, Olaria, Serrano, Serro Doce, Baixo Samburá, Água Branca, Matão, Manduri, Barro Preto, Fazenda São José, Paiol de Barro, João Veloso, Campos Oliveira, Guarani e Limeira, nos municípios de Ipuaçu e Entre Rios. Sua extensão territorial atual é de 15623 hectares.

Na figura abaixo podemos ter uma noção mais clara do atual território da Terra Indígena Xapécó.

Figura 1 Mapa Terra Indígena Xapécó com localização das Aldeias.



Fonte: Elaborado por Carina Santos de Almeida/Acervo LABHIN

Como outras terras indígenas da etnia Kaingang, na Terra Indígena Xapécó encontramos a figura do Cacique como o chefe maior, seguido pela figura do Vice Cacique e um Capitão Geral, essas três lideranças principais são eleitas de forma democrática pelo voto secreto de quatro em quatro anos, além desses há também capitães locais e lideranças que são responsáveis pela ordem e desenvolvimento de cada setor/comunidade, obedecendo sempre ao comando dos três primeiros, mas segundo os

mais velhos que ainda vivem e tem em mente o passado, em conversas informais na comunidade falam que antes do SPI reunir todos em um mesmo espaço, e fazer as divisas da área, havia a figura do Conselheiro, que tinha como função aconselhar e dar ideias ao cacique e suas lideranças, pois a todo momento eram procurados e por terem maior experiência de vida tinham condições de dar conselhos e até mostrar caminhos às lideranças.

A Terra Indígena Xapecó possui cinco Unidades de Saúde, na aldeia Sede, Pinhalzinho, Fazenda São José, Paiol de Barro e Limeira onde acontecem os primeiros atendimentos a saúde, os casos mais sérios e de atendimento especializados são encaminhados aos hospitais da região nas cidades vizinhas, Xanxerê, Abelardo Luz e São Domingos, possui também agentes indígenas de saúde em cada comunidade, que fazem visitas semanais nas casas dos indígenas.

Na área da educação, encontramos nesta terra indígena nove escolas mantidas pelo governo do Estado, sendo seis multisseriadas de 1º ao 5º ano, duas com ensino fundamental de 1º ao 9º ano e uma com Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano e Ensino Médio. Essas escolas tentam fazer uma educação bilíngue, mas não tem sido fácil, pois a grande maioria de seus alunos são monolíngues em língua portuguesa e isso dificulta o ensino da língua Kaingang, outro problema que essas escolas enfrentam é a falta de materiais didáticos voltados a educação escolar indígena diferenciada, comunitária e bilíngue.

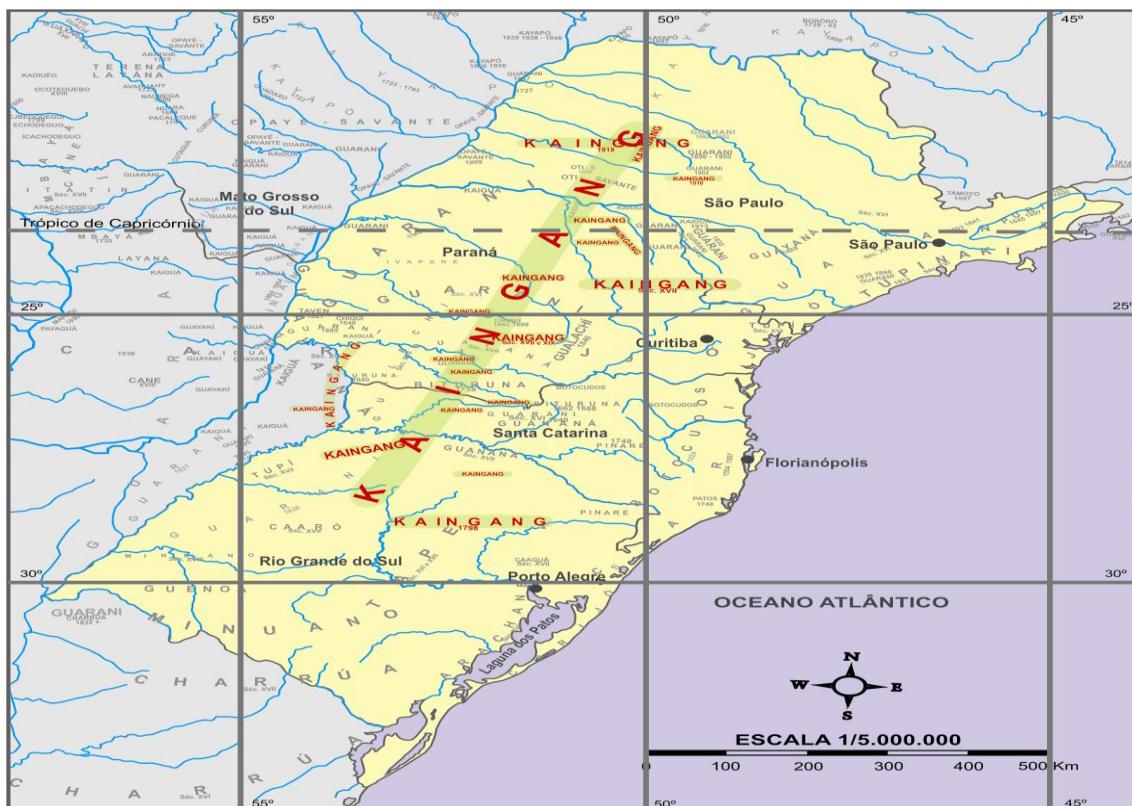
A Terra Indígena Xapecó, é atualmente a maior terra indígena agricultável do Estado de Santa Catarina, pois como passou por um processo histórico grande de exploração de seus recursos naturais, tais como a exploração de madeiras em grande escala e a introdução por parte dos órgãos indigenistas de uma ideologia capitalista e de produção em massa da monocultura de soja e milho, mais de 70% dessa terra indígena é destinada a produção e cultura desses produtos, o que faz com que tanto o município de Ipuaçu quanto o município de Entre Rios tenham grande parte de sua produção total agrícola proveniente do território indígena. Além da plantação de milho e soja, os indígenas produzem em pequena escala as lavouras de subsistência onde cultivam mandioca, feijão, batata doce, batatinha, amendoim, hortaliças, arroz, milho pipoca, melancia, melão, abóboras, dentre outros, também criam gado leiteiro, gado de corte, suínos e animais de pequeno porte.

Como já mencionado nos parágrafos anteriores, a Terra Indígena Xapecó é a maior terra indígena em população, a maioria dos jovens não possuem mais interesse

em ficar somente no interior da mesma e quando completam a maioridade saem trabalhar nas empresas da região, nos mais diversos trabalhos, dentre eles podemos citar a extração de erva mate, frigoríficos de frango e porco e na construção civil como serventes de pedreiro, dos poucos que conseguiram estudar, exercem outras funções na comunidade, tais como, professores, agentes de saúde, agentes sanitários, técnicos de enfermagem, há ainda aqueles que exercem cargos políticos, como três vereadores (um no município de Entre Rios e dois no município de Ipuacu), três secretários (dois no município de Entre Rios nas Secretarias Municipais de Esportes e Assuntos Indígenas e um no município de Ipuacu na Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas) e prefeito, como é o caso da prefeitura municipal de Entre Rios.

Para entender melhor a Terra Indígena Xapecó é necessário entender um pouco mais de sua história, que começa ainda no século XIX onde acontecem os primeiros contatos com os Kaingang que habitam o território tradicional Kaingang que vai do Sul do Rio Grande do Sul ao Sul de São Paulo. Esse território podemos notar na figura abaixo;

Figura 2 Mapa Etno – Histórico do Território Kaingang



Fonte: Elaborado e adaptado a partir de Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú, 1944. ALMEIDA, Carina Santos de. Tempo e Narrativa: os Kaingang na etnografia e etnologia e as relações entre homem e

natureza. Contribuições para a etno-história e história indígena. In. NÖTZOLD, A. L. V., ROSA, H. A., e BRINGMANN, S. F. (Orgs). *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Palotti, 2012. p.330. Acervo LABHIN/UFSC.

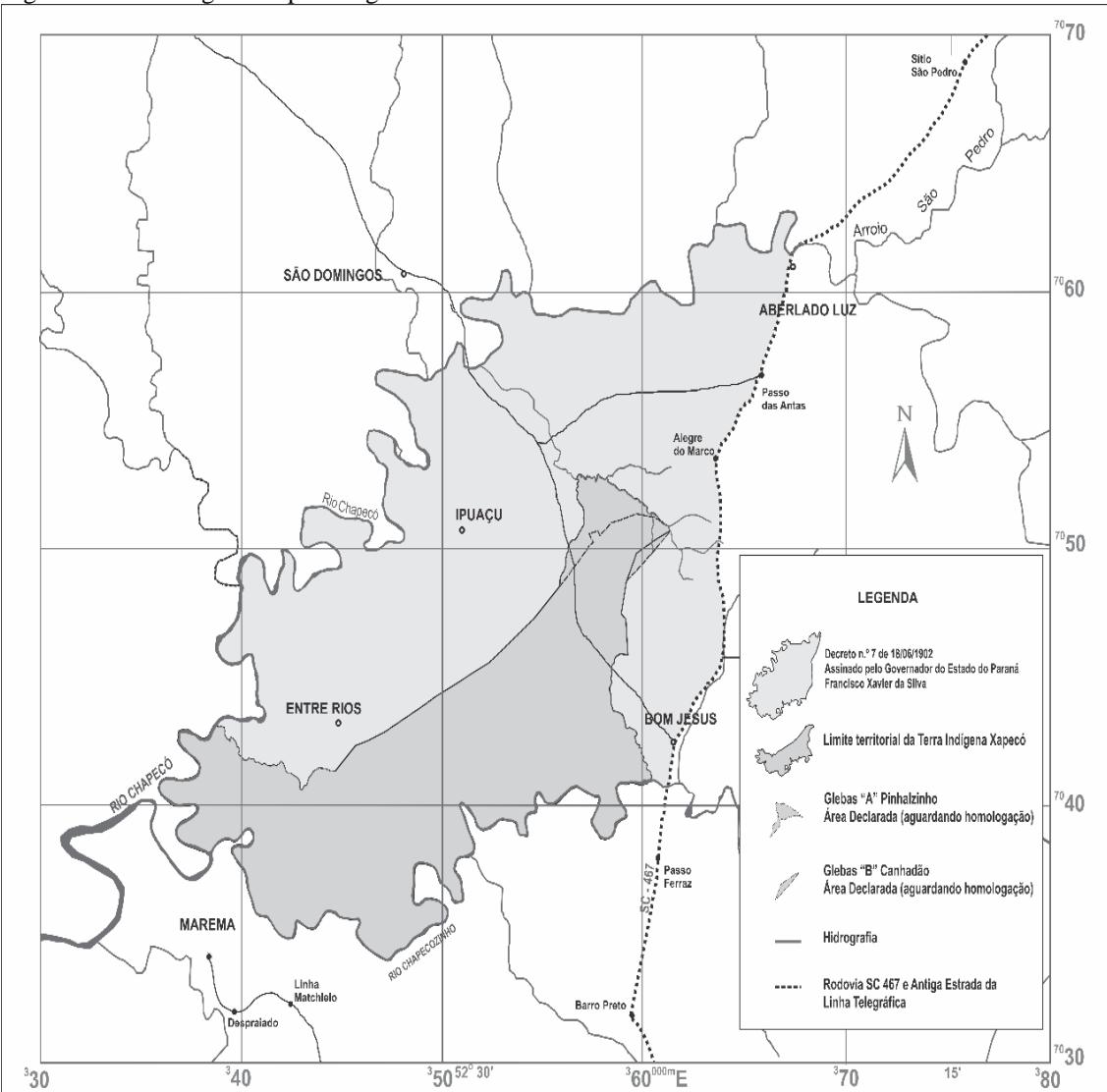
Já na metade do século XIX, os Kaingang de Santa Catarina são em muitos casos forçados, pois com o aumento da população branca e as incursões dos bandeirantes e colonos para o interior do Estado e em virtude desse interesse na fertilidade dos campos e matas da região a figura do índio é negada e suas terras roubadas e reduzidas em prol do desenvolvimento econômico e agrário da região. Com o intuito de liberar terras aos colonos e favorecer a produção agrícola da região, os índios são confinados a um território minúsculo, e obrigados pelo Órgão Indigenista a se adaptarem a modos de vida diferentes de seu modo tradicional de vida.

No ano de 1902 o então Presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, assina o Decreto de nº 7, onde reserva terra para o estabelecimento dos índios ao mando do cacique Vanhkre, com um território de mais de 70000 hectares. Conforme o texto do próprio decreto nº 7 de 1902 e figura abaixo:⁶

[...] fica reservado para o estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendidas nos limites seguintes: “A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul até o passo do rio Chapecozinho, e por estes dois rios até onde eles fazem barra”. (Decreto nº 7 de 18/06/1902).

⁶ Decreto assinado em 18/06/1902 pelo então presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva.

Figura 3 Terra Indígena Xapecó segundo o Decreto n.7 de 18/06/1902.



Área reservada pelo Decreto n.º 7 de 18 de junho de 1902

Fonte: D'ANGELIS, 2002. Montagem e arte final Carina Santos de Almeida, 2012.

Com o confinamento dos índios, inicia-se então uma série de explorações dos mais diversos tipos, dentre eles o que mais se tem notícias e é lembrado nos dias atuais pelos velhos podemos citar, a exploração da erva mate, os trabalhos forçados nas lavouras dos chefes de posto, os arrendamentos das terras aos colonos pelo órgão indigenista oficial, primeiramente pelo SPI e depois pela FUNAI, a exploração da mão de obra indígena, a devastação das florestas de araucárias e de outras madeiras nobres que existiam nos limites da terra indígena. Além disso, a criação de escola com os moldes do povo não indígena, obrigavam as crianças a não mais falarem sua língua indígena nos prédios públicos (posto do SPI/Funai e salas de aula), conforme relato da entrevistada Doralina Ferreira fala: "...nós não podia falar nada na língua indígena perto

dos brancos que mandavam no tempo do SPI, tinha que falar tudo em português...”⁷, fazendo com que partes importantes da cultura Kaingang fosse esquecida com o tempo.

1.2 A Redução do Território

Quando pensamos em redução de território dos povos indígenas, logo imaginamos a invasão europeia, e as guerras que acontecem com o colonizador e o índio por causa da terra, mas na Terra Indígena Xapecó isso acontece de outra maneira, pois o povo já possui uma terra delimitada pelo próprio governo e é empurrado para o interior desse território por ordem de pessoas ligadas diretamente com o governo.

A Redução do território indígena acontece a partir do momento em que nossos índios não são mais reconhecidos como donos da terra, segundo a memória dos nossos remanescentes e contemporâneos, pois falam que muitos de seus antigos eram de outros lugares, e quando o cacique Vanhkre inicia o trabalho para o governo do Paraná já pensava em adquirir um pedaço de terra para viver com seu parentes.

Lembra o velho Cesário⁸, que ouvia muitas histórias de seu pais e avós que lembravam que suas terras iam além dos rios Chapecozinho e Chapecó Grande, pois ligava a área de Palmas e nossa atual terra, mas também falavam sobre o governo do Paraná e o diretor de índios que fizeram acordos sobre a terra indígena, que em sua mente não é nem a metade da terra que seus pais contavam que era do índio.

A entrada dos colonos nos limites da terra indígena fez com que muitos Kaingang que viviam nesses limites fossem obrigados a entrar cada vez mais para o interior da terra indígena liberando espaço para o agricultor não indígena que em muitos casos era incentivado por políticos e pessoas ligadas ao próprio governo a ocupar as terras indígenas que possuíam pouco ou em vários casos nenhuma fiscalização por parte do órgão indigenista sobre quem e quantas pessoas entravam e ocupavam as terras indígenas.

Lembra muito bem a índia Ana Andreza, que nos relata:

Era muita gente morando aqui na área que nem sabíamos quem e de onde viam, quando e gente via já estavam acampados e plantando na nossa terra, até brigavam entre eles

⁷ FERREIRA, Doralina, de 56 anos. **Entrevista concedida a Getulio Narsizo em outubro de 2014**, Aldeia Olaria da Terra Indígena Xapecó.

⁸ PACÍFICO, Cesário, de 61 anos. **Entrevista concedida a Getulio Narsizo em setembro de 2014**, Aldeia Sede da Terra Indígena Xapecó.

por causa dos sítio, era bem ruim para a gente, pois não contavam direito para nós quem tinha autorizado eles vir para dentro da nossa área, lembro que nós morávamos perto ali dos pinhos e a turma dos Tonelos foram entrando e fazendo casa, e já invadiram nosso sítio e tivemos que se mudar para meu pai não ser castigado....⁹

Acredito que o depoimento e a memória do mais velhos já é prova suficiente de que a Terra Indígena Xapecó passou por um longo processo de exploração e os últimos a dar sua opinião foram os índios que ainda lá vivem.

Além do que já podemos citar nesse capítulo, veremos nos capítulos seguintes outras formas de violência impostas pelo SPI e Funai ao longo do tempo aos Kaingang da Terra Indígena Xapecó.

⁹ LUIZ, Ana Andreza, 99 anos. **Entrevista concedida a Getulio Narsizo em outubro de 2014**, Aldeia Sede da Terra Indígena Xapecó.

2 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO INDIANO E A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

2.1 O SPI e a Funai na Terra Indígena Xapecó

Acreditamos que foi um dos períodos que mais se falou em povos indígenas e que também cresceu a ambição dos grileiros de terras e de colonização do Brasil, não levando em consideração a diversidade indígena e suas organizações.

O SPI foi a primeira agência *leiga* do Estado brasileiro a gerenciar povos indígenas. Embora em muitos momentos os seus ideólogos enunciem os seus princípios de acordo com uma linguagem positivista (e mesmo com uma retórica anticlerical), o modelo indigenista adotado retoma – como herdeiro – formas de administração colonial empregadas desde os tempos dos missionários jesuítas. Os postos indígenas do séc. XX mantêm muito pontos de semelhança com os aldeamentos missionários constituídos desde o séc. XVI.¹⁰

O Serviço de Proteção ao Índio foi criado no ano de 1910 com o intuito de proteger os povos indígenas da exploração do homem branco e proteção de seu território além de manter e garantir sua existência, também possuía o maior interesse do governo em integrar o índio à sociedade nacional, com proposta assimilação, muitos dos remanescentes desse período ainda lembram e contam histórias dessa época, a exemplo desses ouvi o depoimento de um dos antigos caciques que viveu nesse período confuso e triste dos índios do Xapecó.

Segundo o ex – cacique José Domingos Paliano:

... na minha época de criança os Kaingang eram obrigados a dar suas terras ao chefe de posto do SPI para que doasse aos arrendatários que faziam grandes roças a boi e mais tarde com máquinas agrícolas, lembra que naquele tempo ainda bem pequeno tinha que levar comida para seu pai que ficava vários dias fora de casa trabalhando para a comunidade na abertura de estrada e ajudando o chefe de posto a construir os alojamentos onde os produtos da safra seriam estocados.¹¹

Notei nesse depoimento que o ex – cacique ainda sente muito rancor desse tempo vivido, e quando menciona a exploração sofrida por sua família pelo SPI, que devia proteger e garantir a sobrevivência de seu povo, fixa seus olhos no horizonte e

¹⁰ OLIVEIRA, João Pacheco de. & FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade;LACED/Museu Nacional, 2006.

¹¹ PALIANO, José Domingos 85 anos. **Entrevista concedida a Getulio Narsizo em setembro de 2014**, Aldeia Sede da Terra Indígena Xapecó. José Domingos Paliano foi um dos primeiros caciques que o povo Kaingang da Terra Indígena Xapecó eleito pelo voto livre, foi também o responsável pelo movimento de retirada dos posseiros e arrendatários da Terra Indígena na década de 70. Esteve no comando da terra indígena até o final da década de 80.

como se estivesse vendo um filme de sua vida passada, demonstra em sua face os sinais de sofrimento e percebe-se que sente muita raiva, mas ao mesmo tempo continua contando sua história de vida, da seguinte maneira:

.... sempre pensei que um dia eu iria ser cacique para acabar com esses abusos dos brancos, foi então que com o passar dos tempos cresci e nos anos 70, já tinha muito branco morando aqui e nossa área estava bem pequena, e como era proibido pelo chefe do posto da Funai de nós se reunir fomos conversando uns com os outros e um belo dia resolvemos que não dava mais para continuar... fizemos uma reunião na marra para colocar um cacique, o chefe do posto indicou um e a comunidade indicou meu nome para concorrer, e cada grupo se reuniu de um lado, foi aí que eu ganhei as eleições e comecei a mudar as coisas aqui, tava uma bagunça essa área, tinha tanta gente branca que nem dava pra contar e todos tinha um pedaço de terra e coitado dos índios, estavam imprensados nos cantinhos da área fazendo suas rocinhas de toco e sendo humilhados pelos granjeiros e posseiros que ocupavam suas terras.... não aguentei e um belo dia reunimos a comunidade e fomos pro ataque, tiramos muitos a pau... ficou só as terras sem nada encima, ainda deixamos alguns levar o que tinham, mas a comunidade perdeu muita coisa, o que tinha de pinheiro naquelas terras ocupadas pelos brancos já tinham se acabado, o que eles não tinham arrancados tinham metido fogo pra vender....¹²

Faz também referência a essa época a quase centenária Kaingang Ana Andreza, que com saudosa lembrança lembra dos tempos de sua mocidade, mas também os maus momentos que teve que passar com sua família por causa de perseguição dos funcionários do SPI:

... nós fomos muito perseguidos pelos Chefe do SPI tivemos que viajar na marra como se fossemos fugitivos, do estado do Paraná para Santa Catarina, meu filho mais velho era um gurizinho de cinco anos, lembro que foi no tempo de inverno e tivemos que caminhar uma semana e meia mais ou menos nas picadas até chegar na margem direita do Xapéco Grande, e ali fizemos amizade com alguns índios que tinham fugido do SPI lá das bandas de Palmas, que queria levá-los na marra para o aldeamento Jacu, atual Aldeia Sede da Terra Indígena Xapéco, daí, para nós não ter problemas e ter que voltar para traz seguimos viagem até o Jacu, onde vivo até hoje. Me lembro bem de quando começaram a derrubar os pinheirais falavam que era para que os índios vivessem melhor e tudo que arrecadassem com a venda de madeira seria para toda a comunidade, mas nunca vi ou participei com meu vêo de reunião de prestação de contas do chefe de posto, e quando nós precisava de alguma coisa tinham que esperar pela vontade do Chefe para dar um vale pra gente trocar por alguns quilos de comida.¹³

Dessa forma fica clara a luta que as antigas lideranças Kaingang tiveram para manter o território muitas vezes contra o poder do próprio órgão indigenista que não media esforços quando era para explorar e usurpar as riquezas da terra indígena.

¹² PALIANO. Op. cit.

¹³ LUIZ. Op. cit.

Com o interesse de angariar fundos e de manter o SPI, foram colocados nos postos indígenas vários diretores de índio que faziam os índios trabalharem para os mesmos e nada de seu trabalho era resarcido.

O ex - capitão Julio Narsizo relata o seguinte:

... meu pai era peão dos brancos aqui na nossa área, lembro que o derrubava junto com minha mãe alqueires e mais alqueire de mato para que eles fizessem roças, o trabalho era de sol a sol, não tinha sábado, domingo e nem feriado era trabalho direto de cedo a noite... ele tinha casado bem novo tinha que fazer a vida, pois se não trabalhasse corria o risco de ir preso no posto... meu pai me contava que quando tinha uns dezenove anos mais ou menos tinha que ficar uma semana em casa e uma semana trabalhando no posto, ele morava ali no Serro Doce, era tratado como um empregado do posto, mas nunca recebia em dinheiro era só em comida e troco, para comprar roupa e calçado tinha que trabalhar nos intervalos de tempo para outros brancos que plantavam na área indígena, e enquanto ele fazia esses serviços, minha mãe fazia as lavourinhas perto da casa e criava porco e galinha...¹⁴

Com a intensão de transformar o índio em agricultor o SPI, retrocedeu no tempo e como aconteceu no início do processo de colonização do Brasil, o indígena Kaingang torna-se escravo em suas próprias terras, uma vez que em muitos casos foram retirados de seus territórios imemoriais, obrigados a esquecer de suas tradições milenares que foram herdadas de seus antepassados, além de abandonar suas terras imemoriais, como lembra o indígena Edimundo Gonçalves:

... eu era ainda muito pequeno mas me lembro quando começaram a descarregar aqui no posto aquele imensidão de gente, tinham uns machucados, outros amarrados, umas mulheres chorando e gritando parece que tinha morrido gente, chegava e saia caminhão cada um com um pouco de gente que até dava dó... me lembro que meu pai contava pra minha mãe que aquele povo tava vindo lá de banda do Xapecó Grande, acho que era do Imbu... daí foram se acampando perto da casa do chefe do posto em casinhas feito de pau a pique... eles contavam que tinham deixado pra traz muita coisa, era mês de junho e toda a safra daquele ano tinha se perdido, pois ninguém esperava que tinham que se mudar para deixar as terras para os brancos... o pior de tudo é que meu pai nessa época era coronel da polícia indígena e tinha que se virar pra ajudar todo mundo, pegou bastante comida de nossa casa pra ajudar aquela gente, mandou a mãe fazer pão e matou dois porcos escondido do chefe de posto para dar pra eles que não tinham nada de comida para alimentar as crianças...¹⁵

Acredito que com os depoimentos acima citados, percebemos claramente que o SPI fez vários atos de barbárie contra essa terra indígena e isso marca a história e memória dos anciãos até os dia atuais, pois não são raros os momentos que ouvimos as

¹⁴ NARSIZO, Julio 59 anos. **Entrevista concedida a Getulio Narsizo em outubro de 2014**, Aldeia Sede da Terra Indígena Xapecó.

¹⁵ GONÇALVES, Edimundo 85 anos. **Entrevista concedida a Getulio Narsizo em setembro de 2014**, Aldeia Sede da Terra Indígena Xapecó.

conversas de um com outro sobre o período conturbado que tiveram que passar para garantir a sobrevivência do povo.

Gonçalves continua seu relato:

Desde rapaz nós tínhamos que trabalhar nas quinzenas da comunidade, eu e meus irmãos saímos de casa e se juntava aos outros homens para roçar, plantar, fazer cerca, capinar nas lavouras e sítios da comunidade para o chefe de posto, pois se algum não quisesse ir era buscado em casa pela polícia indígena que era comandada pelo chefe, nós trabalhava de cedo a noite, e se você me perguntar onde era levada a safra produzida pelos índios nessas lavouras não sei te dizer bem ao certo, mas alguma coisa nós ganhava quando faltava na casa, mas o resto não sei para onde que era levada e vendida, meu pai uma vez me falou que era mandada para a chefia maior...¹⁶

Não nos resta dúvida que o ato mais violento marcado na memória dos entrevistados tem início no período em que o Serviço de Proteção ao Índio assume a função de resguardar os direitos originários dos povos indígenas e segue após a extinção do SPI e criação da Fundação Nacional do Índio – Funai nos anos setenta. E é justamente no final da década de setenta que acontece os movimento e lutas indígenas pela autonomia e respeito a sua organização própria.

2.2 A Educação Escolar Indígena

Falar na Terra Indígena Xapecó em educação escolar com os mais velhos nos leva a lembrar da história do Brasil, pois é bem diferente dos dias atuais, onde há uma legislação que garante a diferença e os modos próprios da educação escolar indígena e da escola em comunidade indígena, isso tendo em vista que:

... a educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não-indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores. A educação escolar indígena refere-se à escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuírem com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global.¹⁷

Buscando conhecer e registrar a memória dos antigos alunos indígenas que foram os primeiros a passarem pelo processo de escolarização na Terra Indígena Xapecó ouvi muitas histórias e dentre elas cita algumas no decorrer desse trabalho, em

¹⁶ GONÇALVES, Edimundo. Op. cit.

¹⁷ LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p 129.

uma das conversas com dona Doralina Ferreira lembrando de seu tempo de mocidade e de seus primeiros anos de aula comenta:

Na época em que eu estudei as coisas eram bem diferente de hoje, nós íamos na aula com a idade de 8 para 9 anos de idade, porque o chefe obrigava nossos pais a mandarem a gente para a escola, lá funcionava do jeito que as professoras queriam, nada de fazer bagunça que nem hoje em dia, como tinha só o primário nós só estudava até a quarta série e já tava bom, muitos só estudavam até aprender a escrever o nome e fazer conta de roça para ajudar em casa... eu fiz até a segunda só, depois meu pai me tirou da aula para eu ajudar a mãe na casa, tinha os irmão mais novo para ajudar a cuidar... lá na escola nós tinha que fazer de tudo um pouco, carpia, rezava, cantava o hino nacional e todo dia tinha que se colocar em fila antes de entrar na sala e só depois que todos estavam bem comportados a professora mandava a gente entrar, quando entrava na sala antes de qualquer coisa a gente rezava um pai nosso... não tinha quase nada de merenda, lá de vez em quando a gente comia alguma coisa, então a mãe assava batata ou mandioca para mim levar na aula e comer quando desse fome, as vezes a gente trocava com os filhos dos funcionários nosso lanche por pão e levava para casa para os irmãozinho.... a vida não era nada fácil naquele tempo.¹⁸

Conforme os relatos do mais velhos, no período em que a educação era de responsabilidade dos órgãos indigenistas tudo era escasso e a vida na comunidade não era nada fácil, nem sempre ir para a escola era o que os índios queriam e o fato de ter que frequentar os bancos escolares era mais um forma de castigo que preparar os indígenas para a vida, por outro lado a escola aplicava em sala de aula a política da integração do índio à sociedade nacional, também o integracionismo, pois como podemos perceber no depoimento a seguir de Julio Narsizo:

Eu não aprendi a falar direito a língua Kaingang pois nós éramos obrigados a ir para a escola, os professores obrigavam a gente falar somente em língua portuguesa, e se em algum momento a professora ouvisse alguém falando em língua Kaingang era deixado por longos período de castigos, dentre os castigos mais freqüentes eram os de ficar sem intervalo, não sair da sala enquanto os outros iam brincar. Era negada a merenda para todos da sala quando não se identificava o aluno que havia falado, por isso nem terminei a segunda série... fui estudar denovo quando eu tinha dezesseis anos no mobral para aprender a escrever o meu nome, só pra eu fazer identidade e assinar, também para eu conseguir um emprego na comunidade...¹⁹

Ignorando totalmente o modo de ser Kaingang a educação escolar que com caráter elitista foi criada no interior da terra indígena para atender aos filhos dos colonos, posseiros, arrendatários e filhos dos funcionários do órgão indigenista oficial, impôs uma educação que não levou em consideração a especificidade do povo Kaingang.

¹⁸ FERREIRA, Doralina. Op. cit.

¹⁹ NARSIZO, Julio. Op. cit.

Não respeitando os modos próprios de educar e conhecer o mundo indígena, obrigou os educandos indígenas da Terra Indígena Xapecó a esquecerem sua língua materna, em menos de 60 anos cerca de 60 % desses indígenas já não falavam e nem praticavam a língua materna, muitos de seus rituais e modos próprios de aprender foram deixados de lado, nesse caso chamamos a atenção no modo de ensinar aplicado pelo professor não índio, pois na medida em que se criam as escolas na terra indígena um novo olhar para a cultura é imposto, muitos dos jovens indígenas são levados e convencidos pelas ideologias do homem branco de que tudo gira em torno do lucro, fechando em muitos casos os olhos para a cultura e as maneiras próprias de ensinar e aprender na comunidade. Conversando com dona Ana Andreza, sobre o modelo de educação escolar da época do SPI e Funai, ela relata o seguinte:

Naquele tempo nós tinha que mandar nossos filhos na escola de qualquer maneira, as vezes nem roupas boas eles tinham, estudavam junto com os brancos que eram agregados e plantavam aqui na área, lá de onde eu vim já era assim, não estudei porque meu pai não queria que eu fosse e como nós morávamos longe do posto o chefe não obrigou eu ir, mas quando eu vim pra cá com meu vêio, meu piazinho logo teve que ir na aula, e foi lá na escola que ele aprendeu a falar só em português a língua das professoras que davam aula, ele não podia falar na nossa língua com os outros e acabou quase esquecendo tudo, e é por isso que não ensinou nem os meus netos, pois acho que ficou com medo de falar desde aquele tempo... eles faziam fila para entrar e tinham que erguer a bandeira do Brasil que nem os soldados fazem, mas eles ensinavam escrever e fazer conta bem logo...²⁰

Desde o início da pacificação a educação foi mais uma arma contra os povos indígenas, além de possuírem em sua ideologia principal a função de apurar a integração do índio à sociedade nacional, também negou sua língua, seus usos e costumes na maior parte de seu desenvolvimento.

Essa nova forma de educação levou a uma morte lenta da cultura indígena, introduziu através da educação do homem branco uma ideologia estranha aos jovens e crianças indígenas da Terra Indígena Xapecó, tentou fazer com que esquecessem que a educação até então aprendida no seio da comunidade era além da construção da vida era o chão onde estavam plantadas as suas tradições e costumes e que o papel do velho sábio e dos seus pais iam além do papel ora desempenhado pelo professor dentro da sala de aula.

Outra forma de educação que constatei no desenvolvimento desse trabalho através das muitas conversas com os anciões da comunidade foi a educação religiosa que foi muito forte, mais uma vez a igreja desempenha na história e relação da

²⁰ LUIZ, Ana Andreza. Op. cit.

sociedade, pois desde que chegaram as primeiras igrejas e trabalhos religiosos, com a conversão de muitos indígenas a educação ensinada em casa passa a ser aquela ensinada na igreja, isso fez com que muitos conhecimentos tradicionais próprios do Povo Kaingang se perdessem, muitos indígenas e principalmente os mais jovens começaram a desacreditar no poder dos espíritos das matas, dos animais, das rezas dos rezadores, dos benzimentos dos kujás, e do poder do nome Kaingang que é uma herança tradicional passada de geração a geração.

2.3 A Organização Social Indígena

Segundo os mais velhos, os Kaingang eram acostumados a ter um Cacique que os guiavam na comunidade, mas nada era feito sem ouvir o conselheiro das lideranças, que geralmente era o mais velho da comunidade.

Podemos ver isso no esquema abaixo:



Fonte: Elaborado por Getulio Narsizo

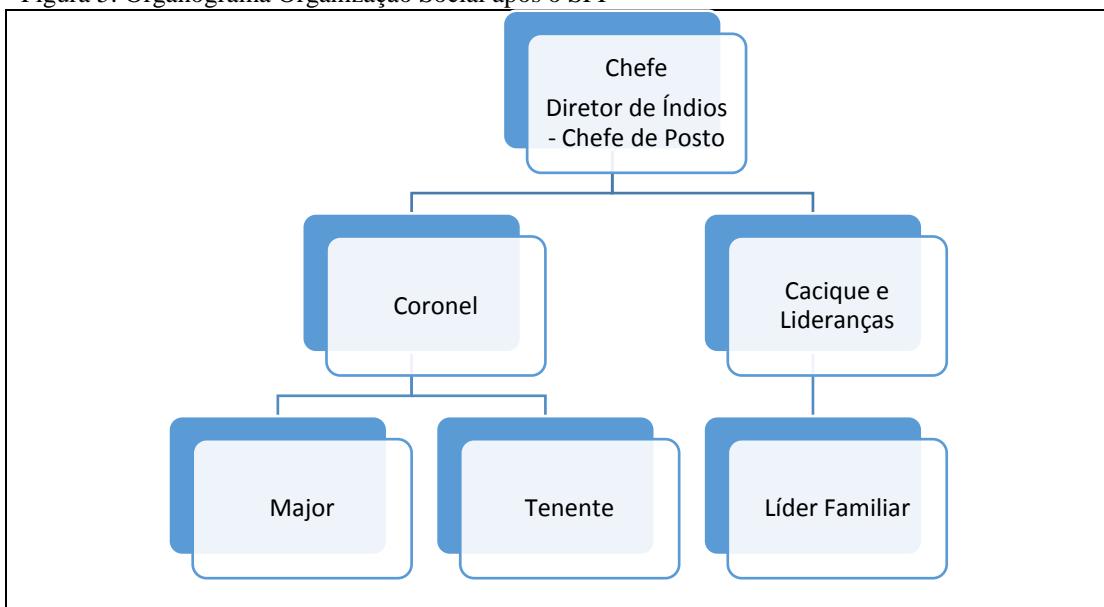
Negando as formas próprias de organização social dos grupos Kaingang, primeiramente o SPI e depois pela Funai em um ato de desrespeito aos costumes e tradições, com o único objetivo que era controlar os Kaingang passam a nomear as lideranças sem o consentimento dos demais membros da terra indígena. Isso é observado no depoimento da anciã Doralina, que comenta o seguinte:

Quando eu era pequena meu pai foi cacique aqui desse área, era um dos índios mais respeitados daqui, tinha a confiança do chefe do posto, pois foi o próprio

chefe que indicou ele para os índio, ficou um bom tempo no comando dos índios, o único que mandava nele era o chefe...²¹

Conforme o depoimento acima, foram criados com os moldes do homem branco e denominados vários chefes e líderes Kaingang com os mais diversos cargos militares para manter a ordem e sua subordinação a chefia maior que era o maior cargo do SPI (diretor de índio) e Funai (chefe de posto).

Figura 5: Organograma Organização Social após o SPI



Fonte: Elaborado por Getulio Narsizo

De acordo com o depoimento citado acima e o esquema que o representa, notamos claramente o ato violento que a cultura Kaingang sofre na medida em que seus líderes constituídos são ignorados e deixam de serem respeitados, percebemos que a figura do Conselheiro e do Kujá são completamente ignoradas, quebrando com um costume milenar do modo de se organizar e manter o povo unido.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio e discussão sobre a organização social e suas mudanças que foram frutos do processo de intervenção cometido pelos órgãos indigenistas, percebe-se que para tomar novamente os seus costumes e tradições, os Kaingang do Xapecó tiveram muita luta, mas mesmo assim ficaram para traz muitos valores culturais que o tempo não conseguiu manter vivo.

Nesse sentido notamos na figura a seguir um organograma da maneira de como ficou na Terra Indígena Xapecó a organização social, onde a figura do Kujá e do

²¹ FERREIRA, Doralina. Op. cit.

Conselheiro não mais aparece, ficando no entanto aberta uma lacuna que somente após muito tempo foi notada.

Figura 6 Organograma Organização Social após o SPI e Funai



Fonte: Elaborado por Getulio Narsizo

Para quem vê essa organização social de fora, dificilmente percebe essa falta que faz o papel do Kujá e do Conselheiro indígena que de certa forma foi um ato violento contra os costumes e tradições do povo Kaingang, pois na medida em que esse líder indígena é deixado de lado muitas transformações ocorrem no modo de vida da comunidade indígena.

2.4 A Agricultura Indígena

Perguntado sobre as práticas agrícolas Kaingang do passado aos colaboradores desse trabalho, o ancião e também ex – cacique José Domingos relata o seguinte:

... não tenho lembrança de produzirmos com minha família muita coisa para vender no mercado, nós plantava apenas para a sobrevivência da família, plantava feijão, abóbora, amendoim, mandioca, milho, e criava galinha e porco... pois tinha muita caça, pesca, e uma enorme quantidade de frutos e comidas tradicionais aqui na nossa terra, e meus pais só viram outras

plantações em grande quantidade depois mesmo da entrada do pessoal do SPI...²².

Dessa maneira podemos perceber inicialmente que a agricultura dos índios Kaingang da Terra Indígena Xapecó não era a única forma de sobrevivência do povo, tendo em vista a natureza que era vasta e muitos alimentos eram retirados diretamente da natureza.

Percebemos também através da pesquisa bibliográfica que a história do povo Kaingang não é tão diferente dos demais povos, sendo a delimitação do território uma grave agressão aos costumes e modos de vida do povo indígena.

Os lotes de terra que foram demarcados para índios considerados “remanescentes” ampliaram a desestruturação interna, desorganizando a divisão de trabalho tradicional do indígena, sujeitando-o ao controle da produção para o mercado regional. No final do séc. XIX, esses índios sobreviviam como trabalhadores sem terra, já como “caboclos” (mestiços) que ainda tinham que lutar para serem identificados como “índios de verdade” (Moreira, 2002).²³

Tendo como base a ideia de que o governo sempre propôs a integração do índio à sociedade nacional e que definitivamente assimilassem os costumes dos colonos e agricultores da região, na Terra Indígena Xapecó, Brighenti descreve o seguinte:

A conceituação camponesa de trabalho era percebida na prática desenvolvida pela presença de arrendatários na TI Xapecó. Na ação do Estado, a presença dos arrendatários associada à exploração das florestas por empresas madeireiras traria uma série de benefícios econômicos e morais, pois geraria renda ao “posto”, contribuiria com criação de postos de trabalho para os indígenas, auxiliaria na educação/formação dos indígenas ao conviver com o exemplo dos camponeses e criaria na região uma percepção de que a TI era útil aos regionais também. O uso de implementos agrícolas poria mais rapidamente o indígena em contato com as novas tecnologias de produção auxiliando na rápida integração.²⁴

Comprovando o verdadeiro objetivo do SPI e do governo, que com recursos da exploração das terras e recursos naturais na Terra Indígena Xapecó foram comprados máquinas agrícolas e introduzido o povo Kaingang definitivamente no trabalho e na função de agricultor.

²² PALIANO, José Domingos. Op.cit.

²³ MOREIRA, Vania Maria Losada. “Terras Indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. & FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p.76.

²⁴ BRIGHENTI. 2012. op. cit. p.150 – 151.

Figura 7. Kaingang da TI Xapecó no trabalho agrícola nas lavouras do Posto, transporte do trigo em palha.



Fonte: Acervo do Museu do Índio/Funai – Brasil. Foto: VELLOZO, Nilo Oliveira. Índios Kaingang. Santa Catarina: Serviço de Proteção aos Índios, 1952. Fotograma 2782. In: BRIGHENTI, Clóvis Antonio. *O Movimento Indígena no Oeste Catarinense e sua Relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. p.152.

Figura 8. Kaingang da TI Xapecó no trabalho agrícola nas lavouras do Posto, transporte do trigo em palha.



Fonte: Idem, p.153.

Com a intenção de transformar o índio em agricultores e ao mesmo tempo em que explorava os recursos naturais da terra o SPI, na substituição dos grandes terrenos de araucárias fez plantação de soja, trigo e milho, mas a maior parte da produção e do lucro a comunidade indígena não sabe até os dias de hoje onde foi aplicada ou que fim levou. Mas esse problema não se extingue com o fim do SPI nos anos 60, pois continua com a chegada da Funai na Terra Indígena Xapecó, onde o diretor de índios é agora substituído pelo chefe de posto, que aplica regras e normas semelhantes aquelas até o momento aplicadas pelo SPI.

Os Kaingang continuam a serem semiescravos do órgão indigenista representado pelo servidor ali lotado. Sobre esse assunto o entrevistado Cesário Pacífico de 61 anos comenta:

Quando a Funai assumiu o controle dos índios aqui no Xapecó as coisas não foram diferentes do que já estavam, pois todos nós tinha que obedecer o chefe de posto, era ele quem indicava os policiais indígenas, desde do coronel até o

sargento que tinha naquele tempo, os índios velhos tinham que aceitar tudo, se alguém falasse alguma coisa em contrário tinha que ficar no tronco até uma semana, além de tudo ainda tinham que trabalhar nas lavouras do chefe do posto uns quinze dias até mais...²⁵

A seguir relatamos um pouco mais sobre o início dos trabalhos feitos pela Funai na Terra Indígena Xapecó.

2.5 A exploração dos Recursos Naturais

Com a extinção do SPI, foi criada a Fundação Nacional do Índio – FUNAI (1967), que com as mesmas ideias do SPI, fez a mesma coisa com os indígenas que viviam nessa terra, pois implantou grandes serrarias e intensificou a retirada de madeiras e até construiu duas serrarias no interior da Terra, retirando centenas de dúzias de madeiras por dia, derrubando centenas de árvores milenares sem dó nem pena. Relata PACÍFICO, que ainda é funcionário da Funai, como era e qual era sua função na serraria da Funai:

Sou um dos funcionários mais velhos da Funai no Xapecó, trabalho desde bem novo, foi a primeira empresa que assinou a minha carteira de trabalho, fui contratado a mais de trinta anos, e no inicio meu trabalho era no mato ajudando o tratorista do esteira a abrir estradas para arrasta os pinheiros que eram cortado, me lembro que tinham uns pinheiros que dava uma carga de caminhão uma só tora, tinha muito pinheiro, eram muitas dúzias serradas por dia e eram filas e filas de caminhão carregando madeira de primeira... no começo quem sabia onde eram levadas as madeiras era só o chefe de posto e o gerente geral da serraria e da fitinha, nós só recebia o salário do serviço e não perguntava muito para não ser mandado embora...²⁶

A Funai criou no interior da Terra Indígena Xapecó uma espécie de cacique sem poder de decisão algum, pois fazia tudo que era mandado pelo chefe do posto, além de que a função desse cacique era simplesmente fazer a vontade do chefe de posto que na sua maioria angariava através do trabalho semiescravo do índio, riquezas ilícitas do patrimônio indígena por ele monitorado e fiscalizado.

NARSIZO, relata que no início na Funai as lideranças indígenas não tinham autoridade nenhuma e eram subordinadas diretamente ao chefe de posto, conforme citado abaixo:

Meu tio Noel Pinheiro era sargento do cacique naquela época, mas tinha que obedecer mais o chefe de posto do que o próprio cacique, se o chefe dissesse vai lá e coloca seu fulano no tronco ou na cadeia, tinha que ir correndo e se não fosse era ele quem pagava pelo erro do outro, as coisas não eram nada fáceis

²⁵ PACÍFICO, Cesário. Op. cit.

²⁶ Idem.

para as lideranças com os primeiros chefes de posto, o cacique tinha que andar na linha senão era trocado na hora, as vezes a comunidade nem sabia e o cacique já tinha sido trocado.²⁷

Conforme conversas informais com membros antigos da Terra Indígena Xapecó ouvi muitos comentários que foi no período da criação e implantação da Funai no interior da Terra indígena que foi criada a polícia indígena que na década de 70 fez com que a figura do cacique fosse realmente quase extinta, quase quebrando com milhares de anos de usos e costumes do povo Kaingang, que por natureza tem em sua organização social a figura de um líder maior que sempre dirigiu a tribo na busca da sobrevivência, na guerra por território com outros povos, na busca de alimentos, caça e pesca em todo seu território, e essa figura de líder também garantiu a existência das terras indígenas Kaingang num todo.

Acreditamos que esses fatos ora relatados sobre o autoritarismo dos chefes de posto impostos pela Funai, tem relação com os costumes do militarismo que reinava na época em que ocorrem esses atos de crueldade e autoritarismo provocado pelo órgão que deveria garantir a sobrevivência e preservação não apenas dos costumes e tradições do povo indígena, mas resguardar seus recursos naturais e suas terras, coisa que não aconteceu, pois além da continuação dos arrendamentos e exploração das riquezas da terra ainda fez nesse início com que a comunidade indígena não possuísse autonomia nem tão pouco direito de escolher seus líderes tendo em vista o já comentado sistema ideológico militar impregnado e empregado desde o início do SPI até a segunda metade do século XX.

Além da destruição das matas de araucárias e madeiras de lei, tais como imbuia, grapia, angico, cedro, guajuvira dentre outras espécies, além disso ainda foi colocado no interior da terra indígena máquinas para a retirada de pedras preciosas que fez com que uma grande parte da terra fosse destruída e destocada com o único fim de enriquecer pessoas de fora da terra indígena, percebemos também através da memória dos idosos da Terra Indígena Xapecó que as serrarias que foram implantadas no interior da terra indígena era vista como um patrimônio do departamento de patrimônio indígena da Funai, que teve como principal função a extração desordenada das matas de araucárias sem muitas vezes o consentimento da comunidade indígena.

Outro fator que podemos perceber que favoreceu essa exploração desordenada dos recursos naturais foi a submissão das lideranças indígenas ao chefe de posto

²⁷ NARSIZO. op. cit.

empossado pela Funai na sede da Terra Indígena, que tinha além da função de monitorar os indígenas era de angariar recursos das terras indígenas para os cofres da instituição “indigenista” governamental, que nunca retornavam para o bem comum da comunidade.

Quando perguntado sobre suas angústias e lembranças desse tempo de exploração ao qual passaram, os indígenas contemporâneos a esse processo, falam que ainda hoje sentem muita raiva de si mesmos, quando caminham no interior de suas terras em busca de uma cozinhada de pinhão e não encontram em virtude da escassez de pinheiros, e lembram tristemente que em muitas vezes ajudaram a derrubar árvores centenárias para os funcionários da Funai se beneficiarem, falam que sabem que muitos índios ainda hoje são funcionários da Funai desde aquele tempo mas que nos dias atuais não tem nada para fazerem para ajudar a comunidade, pois em suas carteiras profissionais são contratados como motorneiros e operadores de máquinas no passado utilizadas simplesmente na extração de madeiras e exploração de pedras preciosas.

3 O MOVIMENTO INDÍGENA

3.1 O Movimento Indígena na Terra Indígena Xapecó

Assim como em toda história do Brasil, vamos encontrar registros de movimentos e principalmente na luta pela terra, enfim, as maiores lutas travadas foram para a definição de território. Não muito diferente dos conflitos que ocorreram em nosso país, na Terra Indígena Xapecó a luta indígena pelo território e sobrevivência se arrasta desde o século XIX, conforme relatos históricos dos contemporâneos desse período que ainda lembram.

Em muitos momentos, e principalmente, nas rodas de conversas entre as lideranças e os índios mais velhos falam sobre a luta indígena, principalmente nos anos finais de década de 70, após a criação do Estatuto do Índio e a retomada do poder de cacicado e a expulsão dos não indígenas que viviam como posseiros e grileiros na terra indígena.

Lembra a índia já centenária Ana Andreza:

... numa manhã meu vêio foi chamado pelos meu irmão que ainda é vivo para ir até o escritório da Funai, pois o chefe estava chamando todos da comunidade para uma reunião, então eles foram mesmo sem saber, e fui junto, lá estava a comunidade agitada e comentando que naquele dia teriam que trocar de cacique e que nós iríamos ter que decidir pois os índios já estavam cansados de sofrer e serem maltratados pelo chefe, foi então que o antigo chefe falou que aquela reunião era para ver uns índios que estavam fazendo grupo para atrapalhar a vida da comunidade, então foi ali que uns índios falararam pra ele que queriam a troca de cacique que não existia cacique ali, então o chefe falou que iria apresentar um cacique para eles, mas a maioria não aceitou, então foi proposto que fizesse uma eleição para eleger aquele que a comunidade quisesse, foi então que apresentemos um e o chefe apresentou outro, daí cada um que quisesse aquele cacique tinha que ir para o lado dele, foi nessa vez que elegemos nosso cacique vêio o seu Zé Domingos com a maioria dos votos, e foi aí que começou a briga para tirar de vez até o chefe, pois como coloquemos pela primeira vez um cacique também nos tinha que lutar para trocar o chefe e expulsar os não índios da nossa terra...²⁸

Na memória dos velhos há lembranças emocionantes do movimento de retirada dos não índios do interior da terra indígena na década de 70, contam que muitos posseiros até tentaram resistir mas nada adiantou, pois os índios estavam pela primeira vez unidos e com o único objetivo de retirar os posseiros de suas terras, contam que esses posseiros eram pessoas que tinham sido recolhidas por pessoas do governo. Não diferente da memória de Dona Ana Andreza o ex – capitão Julio Narsizo lembra:

... tinha branco morando por todos os cantos da nossa área, meu pai inclusive era peão de alguns deles, principalmente da família dos Tonellos que moravam ali perto dos pinheirinho, e quando o cacique chamou meu pai pra ajudar na

²⁸ LUIZ, Ana Andreza. Op. cit.

briga para retirar eles meu pai não foi junto, mas ajudou a carregar as mudanças dos outros brancos que moravam na comunidade da Água Branca, e eu também ajudei, mas logo que nós ajudamos a limpar essa área, meu vovô reuniu a , família para nos ir ajudar os índios lá de Mangueirinha na retomada da Fazenda, foi um período de muita luta pois já estava em vigor o Estatuto do Índio e dava mais segurança para nós lutar por nós mesmo...²⁹

Percebemos nesses depoimentos que uma coisa teve relação com a outra, na medida em que a comunidade empossa seu cacique de acordo com a sua vontade, renasce no povo Kaingang o espírito guerreiro e imediatamente partem para a luta, tendo como principal meta a “liberação” de suas terras até então ocupadas por não indígenas, terras essas já demarcadas e reconhecidas a mais de setenta anos, que foram ocupadas por posseiros e arrendatários sem o consentimento dos próprio donos da terra, os Kaingang.

A terra sempre foi alvo dos grandes latifundiários e conforme ouvimos através dos relatos históricos do anciões indígenas vinham de todos os lados arrendatários e posseiros não – índios e se fixavam no interior da terra indígena sem o consentimento da população indígena e em muitos casos trazidos pelo próprio órgão indigenista oficial, que desde a sua criação teve como principal objetivo integrar o povo indígena que habitava o meio oeste catarinense à sociedade nacional sem levar em consideração seus anseios ou vontades. Nesse caso, os colonos empossados faziam suas plantações nas terras indígenas e não respeitavam os índios que ali viviam, forçando muitos a se mudarem de onde viviam a muitos anos, sobre isso podemos comprovar pelo depoimento de dona Doralina Ferreira, que perguntada sobre aquele tempo, relata o seguinte:

... o SPI e a Funai queriam que nós se transformassem em brancos, pois além de proibir nós e nossos filhos a falar a língua indígena Kaingang, tiravam nossos parentes do lugar deles que viviam de suas pequenas lavouras e escondidos para colocar morar no posto para que nossos filhos fossem estudar e aprender a fazer as coisas do jeito deles, tiravam nossos parentes e davam os sítios para os brancos plantarem, não era nada fácil a vida naquela época, e é por isso que hoje não se vê mais pinheiro, imbuia, guajuvira e muitas outras árvores, só lavouras e lavouras, a maioria dessas terras só foram usadas pelos índios depois que os brancos foram expulsos daqui, e chega dá até tristeza na gente quando lembro dessa época, nos consideravam como bichos, nós não podia nem dar nossa opinião que já era perseguido, os próprios brancos denunciavam e mentiam da gente para o chefe de posto, só para ficar com nossos sítios... se eu plantasse na divisa do branco e eu colhesse um pouco mais que o branco logo minha terra era ocupada por aquele branco, se eu entrasse ou passasse no sítio do branco eu já era castigado, então a gente vivia com medo e praticamente escravos dos brancos, parece que a terra era só deles...³⁰

²⁹ NARSIZO, Julio. Op. cit

³⁰ FERREIRA, Doralina. Op. cit.

Essa entrada de colonos vindos dos mais diversos lugares do país transformou muitos índios em peões em suas próprias terras, para não passarem fome eram obrigados a trabalhar por salários miseráveis a esses colonos. Com olhar distante e emocionada a indígena Doralina lembra desse tempo:

... meu pai derrubou alqueires e mais alqueire de roça para os brancos, na maioria das vezes trabalhava por troco, nós era muito pobre naquele tempo, e para que não passássemos fome meu pai ficava até sem comer nada durante o dia só para economizar comida para que as crianças não passassem fome, a vida era muito sofrida...³¹

O pior de tudo é que muitos desses posseiros e arrendatários contavam com a anuência do poder público e dos responsáveis pelo posto indígena a se estabelecer no interior da terra indígena e ali além de explorar os recursos naturais, constituir famílias e em muitos casos criarem verdadeiras vilas de brancos em meio aos aldeamentos indígenas que nada podiam fazer para impedí-los.

No início do meu mandato de cacique, tive que enfrentar muita gente para poder devolver a terra para os meus índios, em cada aldeia dessas que existem hoje existiam muitas famílias de não índios que moravam, mas só estavam ali porque tinha apoio da Funai, como a Funai tinha dado força para eles entrarem e se estabelecessem nas terras não tinha como mandar eles embora, e muitos pagavam todo ano ao chefe do posto para não saírem mais da área, tinha chiqueirões, fazendas de gado, muita lavoura e não aceitavam que nenhum índio morasse perto deles, mas graças a Deus e a união do nosso povo conseguimos em pouco tempo devolver aos poucos as terras dos índios que tinham saídos de seus lugares onde tinham sido nascidos e criados aqui no Xapécó....³²

Pelo que conseguimos analisar do relato do ex – cacique José Domingos, o movimento e a união dos indígenas na década de 70 fez com que muitas famílias de não indígenas fossem expulsas da terra indígena, mas deixaram para traz terras completamente destruídas.

3.2 Estatuto do Índio e o Movimento Indígena

A criação da Lei 6001/73 foi uma grande vantagem para os índios naquela época, pois foi através do estatuto que conseguiram retomar parte de seu território.

Quando ouvi falar que existia uma nova lei que nos dava apoio, vi muitos de nossos velhos conversarem sobre as lutas que teriam a partir daquele momento, muitos respiravam mais aliviados, pois acreditavam que a vida seria melhor, nós víamos que era o momento de lutar de verdade contra as pessoas não indígenas que a muito tempo vinham se aproveitando de tudo que era nosso,

³¹ FERREIRA, Doralina. Op.cit.

³² PALIANO, José Domingos. Op. cit.

meu pai era uma liderança muito respeitada naquele tempo, foi um dos índio que soube por primeiro que tinha sido aprovada no pais uma lei e tinha sido criado um estatuto que garantia que nós mesmos comandassem nossas terras e ocupar elas novamente.³³

Quando falei sobre o Estatuto do Índio notei, que os entrevistados falam com mais segurança e demonstraram em seus depoimentos que a Lei que garantiu a criação do Estatuto foi como uma nova arma para todos na Terra Indígena Xapecó, sem sombras de dúvida era um motivo para comemorar, pois conforme o depoimento acima transcrita, as lideranças do passado já tinham esperado muito por um novo sentido de luta pela sobrevivência da comunidade.

Mas como toda lei existe, uma forma de distorção e quem está no poder geralmente tenta usá-la para se manter no poder, não foi diferente na Terra Indígena Xapecó, conforme o ex – cacique José Domingo nos explica:

Com o surgimento do Estatuto do Índio, o chefe de posto da Funai veio com tudo para cima da comunidade, muitos índio foram maltratados só por comentarem sobre a existência da lei nova, eu mesmo fui ameaçado de ser mandado para outra área, pois falavam para nós que a lei era para garantir nossa terra e que na lei também estava escrito que nós todos eram considerados menores e que quem mandava e iria mandar na gente a Funai e que nós não podia ir contra a Funai, pois nós ainda era tutelado, e nada podíamos fazer para mudar isso.³⁴

Mesmo a lei passando a regular a situação jurídica dos índios e das comunidades indígenas a violência ainda continuou por um longo período pois percebemos claramente nos depoimentos dos velhos líderes que a Funai manteve mesmo contra a vontade dos índios a ideologia civilizatória e integracionista vividas por eles desde o início com o SPI, pois me pereceu que nada mudou em relação ao tratamento do órgão indigenista oficial para com os indígenas.

Não mudou quase nada com o Estatuto do Índio valendo, pois a exploração da nossa terra ainda continuou por alguns anos ainda, a Funai continuou mandando na gente, os brancos ainda continuaram tirando muita madeira daqui, derrubaram muito mato virgem, a própria Funai pagava os brancos e contratou mais funcionário para trabalhar na serraria e muita arvore foi cortada, até os anos oitenta ainda nós tinha que trabalhar de graça nas lavouras comunitárias que era comandada pela Funai, foi só bem mais tarde que as coisas começaram a mudar.³⁵

³³ FERREIRA, Doralina. Op. cit.

³⁴ PALIANO, José Domingos. Op. cit.

³⁵ GONÇALVES, Edimundo. Op. cit.

Com o depoimento acima descrito, podemos perceber que mesmo com todo amparo da lei, os indígenas ainda continuavam sendo explorados e sua voz ainda mais calada, isso tudo por causa da tutela e por falta de conhecimento do próprio índio.

Com certeza o Estatuto do Índio foi um motivo a mais para nossas lideranças se organizarem, pois como já tinha na lei que nós tinha direito a terra, porque não lutar para tomar o poder, foi então que aconteceu que a única saída mesmo era tirar o poder do chefe de posto da Funai e colocar nossas próprias lideranças no poder, trabalhamos muito e lutamos muito mas conseguimos derrubar aos poucos o poder do chefe e garantir que nosso cacique assumisse novamente o controle, a comunidade colocou suas lideranças do jeito que quis sem interferência de ninguém de fora, colocamos coronel, major, capitão, tenente e tudo para ajudar o cacique a manter a ordem na área e lutar contra a pressão das pessoas de fora da Terra Indígena.³⁶

Com o movimento e o entendimento a organização social mais uma vez foi repensada, pois saiu o poder centrado na mão do chefe de posto, para o cacique que mais uma vez é considerado o grande líder, mas infelizmente os primeiros caciques mantiveram as denominações militares da mesma forma.

Na Dissertação de Mestrado Lisboa cita o seguinte:

O uso de termos militarizados nos cargos de liderança – em outras TIs, além do capitão, há a figura do major, coronel, soldado – parece indicar resquícios dos tempos autoritários, em que SPI e Funai tentavam impor uma ordem vertical e bem estabelecida entre os índios, facilitando assim o controle e a exploração das áreas através da cooptação dos líderes.³⁷

Essa citação só vem confirmar o que o ex – capitão Julio Narsizo comentou no parágrafo anterior, onde a própria comunidade reconhece mesmo que inconscientemente a figura de denominações militares no comando e liderança da Terra Indígena.

3.3 A Religião e o Ritual do Kiki

Não podemos falar de religião do povo Kaingang sem antes falar do seu maior ritual espiritual que representa o poder ancestral de todo povo. Na Terra Indígena Xapecó o ritual do Kiki é de conhecimento de todos, independentemente de sua idade ou credo religioso.

É certo afirmar que mesmo com o trabalho intenso de catequização dos Kaingang que vivem na Terra Indígena Xapecó ao longo de mais de um século de contato e imposição

³⁶ NARSIZO, Julio. Op. cit.

³⁷ LISBOA, João Francisco Kleba. *O direito entre os Kaingang no Oeste de Santa Catarina: um olhar a partir da antropologia jurídica*. Dissertação (Mestrado em Direito). Florianópolis, SC, 2010.p.138.

por parte de seus opressores, ainda há viva na memória do povo o valor aos espíritos da natureza e o respeito dado aos mortos e a seres místicos da natureza.

Conforme dona Ana Andreza o Kiki sempre foi uma forma do povo Kaingang expressar sua religiosidade, ao mesmo tempo que homenageava e liberava o espírito de seus parentes para um lugar melhor, fala o seguinte:

... o Kiki sempre foi a nossa maior festa religiosa, meu pai me contava que antes ainda de eu nascer faziam sempre o Kiki para que os nomes das pessoas pudessem ser usados novamente pelas crianças, e também para que a viúva pudesse tomar seu rumo na vida... todo mundo respeitava os velhos que tinham o conhecimento do Kiki, pois ninguém tinha uma religião certa, então era quando o Kiki era feito que se falava em agradecer a Deus sobre toda a vida do morto e dos familiares.³⁸

Por muito tempo esteve nas práticas sagradas do povo Kaingang num todo a prática do ritual do Kiki, mas com a entrada do SPI e posteriormente a Funai, essa prática aos poucos foi sendo abandonada, pois muitos dos rezadores do Kiki foram separados no processo de aldeamento, e isso ocasionou uma quebra de tradição, quebra essa ocasionada pela falta de rezadores em uma mesma terra indígena.

Além da separação dos rezadores e o impedimento por parte do órgão indigenista de índios de uma terra indígena visitar outros de outra terra indígena ainda houve a entrada de além da igreja católica outras denominações religiosas com normas e regras que consideram a reza realizada na cerimônia do Kiki como de adoração ao demônio, confirmando isso o senhor Cesário explica:

Hoje eu sou crente da Assembleia de Deus, mas quando eu era pequeno não tinha uma religião, nós vivia bem sem religião, meu pai sempre falava que a nossa religião no passado era adorar e respeitar a natureza e principalmente os espíritos da natureza e do nossos finados que protegiam todos, hoje muita gente nem conhece e as vezes não lembra mais disso pois como ficou para traz essas histórias e aumentou o número de igrejas os Kaingang nem dão muita bola para isso... a separação e transferência dos rezadores foi um dos motivos pelos quais não se realizou mais o Kiki, tem que ter dois tipos de rezadores um grupo de cada lado, um do lado do sol e outro do lado da lua e a falta de um rezador de um lado faz com que muita gente morra, pois tem que ser feito bem certinho, senão os espíritos dos mortos vem buscar mais gente para fazer companhia no mundo entre o nosso mundo e o mundo dos mortos, tem que ter cuidado. (Cesário Pacifico, entrevistado em outubro de 2014).

Além do que já foi citado, os Kaingang no século XX foram impedidos de realizar seu maior ritual religioso, o KIKI, isso tendo como justificativa também das autoridades não indígenas que comandavam os índios nesse período, de que acontecia um consumo exagerado de bebidas alcoólicas e posteriormente pela entrada da

³⁸ LUIZ. Ana Andreza. Op. cit.

denominações religiosas principalmente das denominações religiosas com ideologias que negaram vários costumes e rituais até então praticados pelos Kaingang.

O antropólogo Ledson na sua tese de doutorado em antropologia dá uma explicação sobre o ritual do KIKI, da seguinte forma:

Ao situar o ritual em um momento mitológico e, ao mesmo tempo em um mundo vivo (...) o ritual do **Kiki** relaciona-se aos mitos cosmogônicos de destruição e reconstrução do mundo. A morte dos indivíduos atinge a toda comunidade. Refazendo os gestos e o caminho dos ancestrais, o ritual recompõe a comunidade e reestrutura o mundo. Refazendo a origem do povo e a criação, ele dá aos Kaingang a possibilidade de um novo tempo, que é também o tempo primordial.³⁹

Conforme supracitado, o mundo Kaingang sempre esteva divido em dois mundos, o mundo do vivos e o mundo dos mortos onde os dois estão intimamente ligados, mas a ignorância das autoridades impostas pelos órgãos indigenistas e pelo cristianismo no interior da Terra Indígena fez com que parte importante dessa tradição milenar fosse praticamente abandonada. O medo de represália e a “aceitação” das ideologias cristãs fizeram com que esse processo de “esquecimento” da ancestralidade Kaingang se acelerasse e quase acabasse por completo no século XX.

³⁹ ALMEIDA, Ledson Kurtz de. **Análise Antropológica das Igrejas Cristãs entre os Kaingang Baseada na Etnografia, na Cosmologia e Dualismo.** Tese (doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. p.127.

4 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

4.1 A Constituição Federativa do Brasil

Nos capítulos anteriores foi apresentado diversos depoimentos de lideranças e anciãos da Terra Indígena Xapecó, onde relataram suas memórias sobre a vida nessa terra indígena no século XX, dentre os vários relatos notamos várias formas de violências sofridas pelo povo Kaingang desde a luta pela terra, até o processo de educação e “integração” do índio no mundo “civilizado”.

Desde a conquista da Terra no início do século XX, o povo Kaingang conforme citado inúmeras vezes, lutou bravamente e suportou todo tipo de atrocidade para se manter em pé e garantir que nos dias atuais os jovens possam dizer que vivem naquela terra indígena.

Não é errado afirmar que até a promulgação da atual Constituição Federal no ano de 1988, os índios Kaingang que habitam o Oeste do Estado de Santa Catarina, incluído a Terra Indígena Xapecó, enfrentaram os mais horrendos atos de violência praticados contra um povo desprovido de direito pela própria política indigenista. Sobre isso Lisboa comenta, “ainda hoje nas Terras Indígenas ... da região é possível identificar ecos das políticas indigenistas autoritárias de um passado próximo, sendo muitas vezes difícil justificar algo simplesmente como fruto de um processo autóctone de decisão”.⁴⁰

Em muitos momentos quando os mais velhos conversam entre si, podemos perceber que antes do final da década de 80, passaram por momentos muito difíceis, sendo em muitos desses momentos obrigados a se adaptar e obedecer a medidas autoritárias de um sistema tipicamente militar, onde seus líderes constituídos eram simplesmente ignorados e a comunidade nada podia fazer.

Sabendo ainda que a Terra Indígena Xapecó, aparece nos anais da história do povo Kaingang ainda no século XIX, vemos que a luta por sobreviver transcorre até o final século XX, nesse período histórico as lideranças indígenas e os indígenas contemporâneos a esse período viveram na pele todo esse processo, vendo seus direitos garantidos nas Constituições de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988 até a OIT 169 de 1999, serem ignorados e interpretados de forma errada indo contra toda uma cultura e tradição milenar do povo Kaingang.

⁴⁰ LISBOA, João Francisco Kleba. Op. cit. p.109.

Com muita luta e já cansados de sofrer os povos indígenas se organizam na formulação da Constituição Federal de 1988 e conseguem garantir a categoria de terra tradicionalmente ocupada para suas terras pelo Brasil a fora e conseguem ser ouvidos e na própria Constituição é garantido um Capítulo chamado “Dos Índios” onde nos seus artigos 231 e 232 onde têm garantido o reconhecimento de sua organização social, seus costumes, sua língua, suas crenças, suas tradições, seus direitos originários sobre as terras além do usufruto das riquezas da terra.

Sobre essa conquista dos povos indígenas Lisboa relata:

O reconhecimento constitucional do direito dos índios à diferença cultural, social e linguística marca um novo posicionamento do Estado em relação às sociedades indígenas. O que fica reconhecido é o direito destas a permanecerem vivendo de forma diferente da chamada “sociedade nacional”,⁴¹ de acordo com suas especificidades étnicas e culturais.

Não podemos esquecer que a promulgação dessa nova Constituição Federal de 1988, além de garantir que sejam respeitados os indígenas como membros da sociedade nacional com direitos próprios, nos leva a mais um raciocínio, a Lei 6001/73 do Estatuto do Índio agora é em inconstitucional, mais uma batalha a ser travada pela população indígena, não só da Terra Indígena Xapecó, do Estado de Santa Catarina, mas de todo o país.

Acredita-se que com essa nova Constituição Federativa do Brasil as coisas sejam melhores para os povos indígenas no país todo, mas como notamos até os dias de hoje, ainda são negados os direitos dos índios num país colonizado no século XVI, onde sua população desde essa época manteve contato direto com as mais diversas etnias indígenas, não conseguiram viver com o diferente, nem aceitar que além de ser humano o índio é parte legítima do Estado brasileiro.

⁴¹ LISBOA, João Francisco Kleba. Op. cit. p.119.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso, consegui perceber uma coisa importante que muitos pesquisadores não percebem e não sentem, o fato de eu ser um indígena da etnia Kaingang me fez com que tivesse um pouco mais de facilidade de conversar com meus velhos lá na Terra Indígena, mas por outro lado não tive coragem de prosseguir com as conversas. Ouvi e senti raiva, tristeza e a angústia das pessoas em seus relatos quando me contavam sobre a luta e as dificuldades que passaram para garantir que hoje eu e meus filhos tenhamos um pouco do território para continuar a vida. Aprendi que nada vem de graça, onde um dos maiores legados que meu próprio pai me deixará são a força e a coragem herdada dos meus antepassados.

Esse trabalho vem trazer para os futuros pesquisadores Kaingang mais uma fonte inicial do registro de nossa história e possibilitou não somente a mim, mas também aos colaboradores entrevistados, mostrar ao público acadêmico nossa visão de mundo, o nosso jeito de contar e lidar com os fatos históricos por nós vivenciados.

Em cada capítulo desse trabalho foi apresentado um forma de violência, que iniciou com a perda do território conquistado no início do século XX, onde com a luta do povo Kaingang a Terra Indígena Xapecó possuia um território de mais de 70000 hectares e que foi reduzida para cerca de 15623 hectares. A educação escolar indígena agiu como fator de perda da língua indígena, a transformação forçada do índio em agricultor, a exploração dos recursos naturais como a exploração e retirada da floresta de araucárias e madeiras de lei, a prática da monocultura de trigo, milho e soja, a mudança da organização social, a exploração da terra por parte de arrendatários e posseiros e por fim a tutela advinda do Estatuto dos Povos Indígenas e a luta pela conquista da autonomia. Não foi fácil chegar a um resultado final, pois muitas coisas que conversei com os entrevistados não foram autorizadas pelos mesmos a escrever, pois como são pessoas com conhecimento e tradição legítimos do nosso povo onde são remanescentes diretos de nossos guerreiros que lutaram e venceram a luta de uma formiguinha contra um gigante.

Muito aprendi, foi gratificante esse contato com meus velhos, experiência como esta levarei para o resto da vida. Conforme mencionado, foi difícil e até desgastante o trabalho de pesquisa, mas foi gratificante, se fosse falar tudo que gostaria muito ainda teria que escrever, mas paro por aqui tendo a certeza de que há ainda muito que ser registrado pelos índios de sua história e de suas vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ledson Kurtz de. **Análise Antropológica das Igrejas Cristãs entre os Kaingang Baseada na Etnografia, na Cosmologia e Dualismo.** Tese (doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **O Movimento Indígena no Oeste Catarinense e sua Relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980.** Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Constituição da República Federativa do Brasil. DOU 05/10/1988. In: **MAGALHÃES**, Edvard Dias (org). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas.** 2. ed. – Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.

Estatuto dos Povos Indígenas – Lei 6001/73. In: **MAGALHÃES**, Edvard Dias (org). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas.** 2. ed. – Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná.** Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FERREIRA, Doralina. 56 anos. **Entrevista concedida a Getulio Narsizo**, Aldeia Olaria, Terra Indígena Xapecó, Ipuáçu/SC, Outubro de 2014.

GONÇALVES, Edimundo. 85 anos. **Entrevista concedida a Getulio Narsizo**, Aldeia Sede, Terra Indígena Xapecó, Ipuáçu/SC, Setembro de 2014.

LISBOA, João Francisco Kleba. **O direito entre os Kaingang no Oeste de Santa Catarina: um olhar a partir da antropologia jurídica.** Dissertação (Mestrado em Direito). Florianópolis, SC, 2010.

LUIZ, Ana Andreza. 99 anos. **Entrevista concedida a Getulio Narsizo**, Aldeia Sede, Terra Indígena Xapecó, Ipuáçu/SC, Outubro de 2014.

MAGALHÃES, Edvard Dias (org). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas.** 2. ed. – Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.

MELATTI, Julio Cesar. **Índios do Brasil.** 3.ed. São Paulo: HUCITEC. (Brasília): INL, 1980.

NARSIZO, Julio. 59 anos. **Entrevista concedida a Getulio Narsizo**, Aldeia Sede, Terra Indígena Xapecó, Ipuáçu/SC, Outubro de 2014.

NÖTZOLD. Ana Lúcia Vulfe. **BRINGMANN.** Sandor Fernando. **Apostila da Disciplina da Metodologia da Pesquisa I.** Florianópolis, 2011. (in mimeo).

PACÍFICO, Cesário. 61 anos. **Entrevista concedida a Getulio Narsizo**, Aldeia Sede, Terra Indígena Xapecó, Ipuacu/SC, Outubro de 2014.

PALIANO, José Domingos. 85 anos. **Entrevista concedida a Getulio Narsizo**, Aldeia Sede, Terra Indígena Xapecó, Ipuacu/SC, Setembro de 2014.